

PROCESSO Nº	14.178-0/2011
INTERESSADO (A)	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO	RECURSO ORDINÁRIO
RELATOR	CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

### DECLARAÇÃO DE VOTO

Conforme se depreende dos termos do relatório que antecede esta declaração de voto, a pretensão recursal se resume à exclusão contida no item “v” do Acórdão nº 601/2012-TP, nos seguintes termos: **“no corrente ano adote medidas econômicas quanto aos gastos realizados com despesas de combustível para a sua frota, reduzindo o consumo médio diário”**.

Como consequência da exclusão da aludida determinação, almejam os recorrentes o expresse reconhecimento da compatibilidade dos gastos com a finalidade institucional da Casa do Povo, na medida em que o consumo de combustível ao longo do exercício de 2011 teria sido legítimo e sem excessos (fl. 1.756).

De início, ressalto que o relator originário deste feito, Conselheiro Substituto Luiz Henrique Lima, ao analisar a irregularidade relacionada ao descontrole na utilização de combustível pelo Poder Legislativo Estadual no exercício de 2011, não se reportou à prática de ato com desvio de finalidade, mas sim à deficiência na fiscalização do consumo, por ineficácia dos mecanismos de controle interno, conforme se depreende do seguinte trecho do aresto impugnado, *in verbis*:

“Passo a análise do achado, fazendo, todavia, a ponderação preliminar e necessária de que é forçoso notar que a impugnação total dos valores pagos com combustível significaria concluir, por consequência lógica, que a ALMT não utilizou legitimamente sequer um litro de combustível para o exercício de suas atividades institucionais no período de 12 (doze) meses.

Ilação dessa ordem, entretanto, não é faticamente crível, pois não se coaduna com um juízo adequado de realidade: não se pode pressupor o absurdo, inexistindo provas contundentes nesse sentido. Portanto, no caso em exame, a impugnação total do valor não se coadunaria com o postulado normativo da razoabilidade, o qual, consoante o magistério do Supremo Tribunal Federal (ADI-MC nº 158, Relator: Ministro Celso de Mello), impõe que se considere, no processo interpretativo-aplicativo do Direito, aquilo que ordinariamente ocorre em circunstâncias semelhantes – e a inação completa de um Poder Constitucional não é algo que se possa presumir, simplesmente.

Ponderando as circunstâncias, é lícito partir da premissa de que, a princípio, ao menos em parte, a quantidade de combustíveis adquirida e consumida, obteve destinação idônea.”

Ainda por ocasião do julgamento dos embargos declaratórios opostos pelos recorrentes, o relator originário lhes deu provimento para, entre outras medidas, “sanar a obscuridade na afirmação de que o consumo de combustível é incompatível com a finalidade institucional da ALMT, para excluir da fundamentação do voto a expressão, constante à fl. 144 do voto, de que ‘(...) afigura-se incompatível com a finalidade institucional do órgão (...)’.

Daí que a determinação consubstanciada no item “v” da decisão impugnada, teve o único objetivo de contribuir para otimização e racionalização do setor de transporte da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com relação ao consumo de combustíveis, não estando nela compreendida a ideia de incompatibilidade na respectiva utilização, até mesmo porque eventual dúvida a respeito da matéria restou suprimida por ocasião do julgamento dos aclaratórios anteriormente citados.

Em nenhum momento, volto a frisar, atribuiu-se aos ex-gestores, ora recorrentes, a responsabilidade pela prática de atos irregulares, eivados de má-fé. A verdade desta assertiva também se alicerça no fato das contas terem sido

julgadas regulares com recomendações e determinações legais, mas sem imposição a eles de sanção pecuniária de qualquer natureza.

De mais a mais, este Tribunal, ao apreciar contas de gestão, as julgam regulares, regulares com recomendações e/ou determinações legais, irregulares ou ainda ilíquidáveis, conforme expressamente consignado no art. 16 da LC nº 269/2007.

Não bastasse isso, atento ao princípio da continuidade administrativa, a atual gestão do Poder Legislativo Estadual, em atendimento à diligência desta relatoria, informou que já cumpriu a determinação contida no item “v” do Acórdão nº 601/2012-TP, mediante aquisição e implantação do “Sistema Betha Frotas”, destinado ao controle de consumo de combustível e a utilização do custo operacional dos veículos.

Assim, a meu ver, até mesmo em razão da perda superveniente de objeto no que tange a referida determinação, o presente recurso não deve prosperar.

Em face do exposto, acolho o Parecer nº 1.249/2015 do Ministério Público de Contas, subscrito pelo Procurador-Geral Gustavo Coelho Deschamps e voto pelo conhecimento e não provimento do recurso ordinário interposto pelos senhores SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA e JOSÉ GERALDO RIVA (fls. 1.742/1.756), para o fim de manter inalterado os termos dos Acórdãos nºs. 601/2012-TP e 2.946/2014.

É o voto.

Gabinete de Conselheiro, Cuiabá, 07 de julho de 2015.

(assinado digitalmente)  
**Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI**  
**Relator**